

## TRILHA DO BETARI COMO UM CAMINHO TURÍSTICO SURGIDO NA DÉCADA DE 1960<sup>1</sup>

Cláudio Eduardo de CASTRO

Universidade Estadual do Maranhão. e-mail: [clanaros@yahoo.com.br](mailto:clanaros@yahoo.com.br)

### Abstract

*The Betari trail, in the PETAR – a tourist park in the high course of the Ribeira river, was born to the tourism in the explorer expedition in the initial decade of 1960. The first way to Betari river, it was the “Grande” stream, used for access to the Água Suja cave. The trail was used by Pierre Martin and Michel Le Bret coming of the mine of plumbum, Furnas, in the highway Apiai-Iporanga. In 1966, Milton son-in-law of Braz (traditional resident in the valley of the river) opened the trail in the margin of the river among Santana cave and the waterfalls (used tracing today for the tourism). Nowadays, the trail of Betari is a resume of the necessities of human, relative the function and utility.*

### 1. As trilhas e seu papel através dos tempos históricos

Uma das principais atividades realizadas em trilhas em ambientes naturais conservados nos dias atuais são caminhadas de curta à longa distâncias, servindo ainda como caminho aos atrativos ecoturísticos, tais como uma paisagem de beleza cênica, uma cachoeira, uma parede para escalada, um mirante, um recanto paisagístico para observação de fauna e flora, um morro para prática do montanhismo. As populações residentes dentro ou no entorno das Unidades de Conservação (U.C.'s) também as utilizam para atender suas necessidades de subsistência, tais como ligação entre sítios de agricultura de subsistência e as residências; extrativismo; transporte de produtos até os centros de comércio; pesca. Essa diversidade de usos é fator relevante no mundo cognitivo do usuário, seja ele visitante (ecoturista) ou população residente, já que a perpetuação do traçado em trilhas é assegurada na prática das ações sobre ela.

O uso de caminhos nos ambientes regidos predominantemente pelas relações naturais sempre foi importante para a sobrevivência humana. Quando nômades, precisávamos de caminhos seguros que levassem-nos ao alimento que, à mercê dos caprichos das estações do ano, escasseavam em determinado local e abundavam algures. Sedentários, com a agricultura e a pecuária estabelecidas, os caminhos tornam-se vias de comunicação e troca de mercadorias.

Do período romano advém a designação da nomenclatura trilhas, significando traçados que levam a percorrer caminhos de um lugar a outro. Surge de uma adaptação do latim “tribulare” (FERREIRA, s/d, p.1409) que significa debulhar. Em tempos remotos, os cereais eram debulhados com o “trilho” que marcava o amontoado de grãos,

essas marcas eram também impressas quando se trilhava com os pés uma grande quantidade desses grãos. Essas marcas de pegadas levaram o nome às marcas trilhadas na terra quando de seu cultivo e também ao único trilho, o caminho que leva, que dá a direção para onde se vai.

O período medieval, ao contrário do romano que era fortemente amparado no comércio, e portanto no uso das estradas e trilhas, privilegia as relações das cidades com seu entorno, significando menor circulação pelas estradas e maior dinâmica no uso das trilhas da vida campestre, característica dessa época. A centralização eclesiástica da sociedade levou à proliferação de caminhos trilhados por peregrinos (CONTEL, 2002, p.14), como o famoso caminho de Santiago de Compostela. Neste período as trilhas são uma constante no cotidiano social, vindo a dinamizarem-se quando da efetivação do comércio que logo daria vulto ao mercantilismo e às descobertas ultramarinas, estas que precipitaram a substituição das caravanas do oriente por transporte em marítimo.

Essa nova dinâmica leva a sociedade a focar-se nos centros comerciais, porém ainda centrada no campo, fato que concorre para a efetivação da revolução industrial, aí sim, inicia-se uma jornada de centralização social nas cidades. O mundo da revolução industrial era essencialmente rural, apenas Londres ultrapassava a marca de um milhão de habitantes, Paris não chegava nem a metade disso em 1789, na Rússia de 90% a 97% da população era rural. Na Inglaterra a população urbana suplantou a rural apenas em 1851 (HOBBSAWN, 2000, p. 27-35). O aumento da população urbana gerou uma demanda maior por produtos básicos que era suprida pelas mercadorias vindas de outras partes do planeta (Américas, China, Japão, Leste Europeu). O avanço

do capitalismo industrial gerou uma dinâmica toda voltada à cidade com o surgimento de teorias e um arcabouço de legitimações científicas ou míticas desse novo paradigma (KUHN, 1994; CHALMRES, 1994; MORIN, 2001).

Esta sociedade urbano-industrial afasta-se da simplicidade que os caminhos em trilha possibilitam, já que há a premência de transporte massificado de pessoas e mercadorias. Os estreitos caminhos tornaram-se largas estradas e ruas; a margem dos rios, por uma arquitetura equivocada, transformou-se em vasta avenida, alterando a trilha que ligava o humano a um caminho da natureza, enfim, perdeu-se a ligação possível que a trilha propiciava. Os grandes caminhos de hoje foram as trilhas que ontem habitavam o imaginário do homem.

Ocorre que a urbanização pós-revolução industrial vinculou o homem a um ambiente cujas estruturas são antropizadas para a facilidade de deslocamentos dos veículos, proteção às intempéries, seja em ambientes abertos ou não. Esse ambiente humano ou antropizado, é característica quase universal à maioria da população, que já não usa mais trilhas como caminhos cotidianos (no sentido de caminhos em espaços predominantemente naturais). A trilha a partir daí assume uma nova função, a de um meio de contato com a natureza para as populações urbanas, pois:

As trilhas que possibilitam a vivência do meio ambiente estão hoje dentro de áreas preservadas por leis ambientais, dada suas exigüidades e sensível fragilidade. No Brasil as U.C's de diversos tipos são os abrigos dos caminhos possíveis para um contato mais íntimo com a natureza a que se refere Waldir Joel de Andrade (2003, p.245). As U.C's de uso sustentável e os parques são os locais onde há a possibilidade de implantação de trilhas, ou fomento das já existentes, por abrangerem áreas de tamanho significativo e podendo dispor de zoneamentos específicos para o manejo das atividades de visitação pública e de conservação (BRASIL, 2000, cap.III).

Estando sob a responsabilidade de um administrador que deve prezar pelo patrimônio a ele designado, as trilhas devem ser manejadas de forma a garantir critérios de preservação-conservação dos recursos naturais e os anseios dos que as utilizam. A realidade brasileira ainda não apresenta um sistema nacional ou estadual de trilhas em unidades de conservação devidamente implantado. As trilhas existentes, "principalmente de longa distância, não recebem manutenção adequada, quase todas sofrem o problema da erosão e há pontos críticos com relação à segurança" (ANDRADE, 2003, p.247).

## 2. A atratividade turística e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR)

O Petar, com seus 35.712 ha, está situado na parte alta do curso do rio Ribeira, onde a Serra de Paranapiacaba faz um recuo ao interior do continente, em direção sudoeste, sob as coordenadas geográficas: 24° 17' a 24° 38' lat S - 48° 27' a 48° 44' long W (SÃO PAULO, 2002), fazendo parte da área contínua de Mata Atlântica preservada do Brasil. A sua importância foi realçada já em 1991, quando de sua incorporação pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, portanto, patrimônio da humanidade (SÃO PAULO, 1998). Ele foi criado por decreto lei de nº 32.283 de 19/05/58, incluído como área de preservação do ecossistema Mata Atlântica e Caverna, distante da cidade de São Paulo 368 quilômetros, com duas vias de acesso importantes, a Régis Bitercourt - BR 116 - e a Castelo Branco - SP-280 - (DPRE-IF, 2003).

A floresta que cobre os mares de morro dessa parte da serra de Paranapiacaba (AB'SABER, p.6) e ajudam na manutenção da grande diversidade de espécies foi descrita por Milko (1983) que encontrou diversas espécies arbóreas com média de 20 metros de altura. Mais recentemente, Allegrini (1999) descreveu a ocorrência de canelas, jatobás, bucuvas, cajaranas, aricuranas nas matas remanescentes; nas áreas em regeneração, ou matas secundárias, ele encontrou paus-jacaré, nataieiros, embaúbas, capororocas, goiabeiras, tucaneiros e guapuruvus. Sob a sombra do dossel encontram-se epífitos e lianas; nos troncos e galhos variedades de fungos e musgos que também se desenvolvem sobre rochas aparentes e detritos da serapilheira. Um exemplar importante dessa floresta ombrófila é a palmeira juçara, ou o palmitero (*euterpe edulis*) que é tão procurado pelo extrativismo.

Hoje o parque conta com quatro núcleos de visitação. O melhor estruturado é o núcleo Santana, na estrada que liga Apiaí a Iporanga, onde há a trilha do Betari que tem como atrativos as cavernas Santana, Morro Preto, Couto, Água Suja, Cafezal e as cachoeiras das Andorinhas, Betarizinho e do Couto. A região apresenta alguns fatores importantes para a gênese de cavernas calcárias, formadas pela ação da corrosão química da água que percola por entre a rocha carregada por ácidos carbônicos fixados nos solos pela decomposição da cobertura morta da floresta, pela respiração de organismos edáficos e pelas raízes. Como os calcários são abundantes, a ocorrência de cavidades é comum e numerosa, o que forjou a denominação de "Capital das Grutas" para a região (FIGUEIREDO, 2000, p.72). Todas essas belezas cênicas e a floresta preservada ajudaram a firmar o

parque como um dos pólos de turismo de natureza mais visitados no estado de São Paulo, incluindo o turismo de aventura e o espeleológico.

### 3. A trilha do Betari e a construção da espacialidade segundo os tempos históricos

O traçado da trilha do Betari vai acompanhando a calha do rio, com pouco distanciamento do curso das águas. O principal uso dessa trilha é turístico pois ela conduz aos atrativos da caverna Água Suja, Cafezal e às cachoeiras das Andorinhas e do Betarizinho.

Esta trilha não tem sua gênese na mineração que tanto se fez presente nessa região até a efetiva implantação do parque. Ela teve uma trajetória ligada à prospecção das cavernas, mais especificamente à da Água Suja.

A aventura de descoberta de cavernas empreendida na década de 1960 na região do Alto Vale do Ribeira, especialmente liderada por franceses que neste país trabalhavam e faziam da espeleologia seu hobby – lazer - esporte seguiu os passos de Krone, publicados em boletim do I.G.G. de 1950, os quais foram passados para os exploradores pelo engenheiro Epitácio Passos Guimarães. O paleontólogo Krone esteve pela primeira vez em contato com as cavernas da região em 1896, quando iniciou a descrição de quarenta delas (LE BRET, 1995, p.16-7).

Segundo a história narrada por Michel Le Bret, quando o fundador do espéleo grupo de Londrina, Pierre Martin, trabalhava para a mina de chumbo de Furnas, ele o visitou para explorar a caverna da qual haviam apenas demarcado a entrada há um ano. Quando se encontraram, Lê Bret recebeu a informação de seu colega:

*Águas Suja? Nem pensar. Eu a fiz na semana passada com os amigos de Londrina. Bela gruta, mais de um quilômetro. Mas é impossível ir além, há um desmoronamento terrível onde Cléon quase ficou preso; gastamos mais de uma hora para livrá-lo. Que medo! Não, eu não posso acompanhá-los. Boa sorte!* (LE BRET, 1995, p.109)

Estando alojados nas casas de madeira existentes na mineradora, a beira da estrada, Le Bret e seus amigos tomaram rumo para a caverna pelo córrego Grande, um afluente do rio Betari à montante de sua formação. Este córrego fica abaixo da união das águas do córrego Passa Vinte e rio Betarizinho, que se unem logo após lançarem-se como cachoeiras, Andorinhas e Betarizinho (ou Beija-flor, ultimamente), respectivamente e vêm formar o rio Betari. A escolha desse caminho foi o mesmo que já haviam feito antes. A exploração

correu bem e por passagem alternativa, sobre o desmoronamento, (somando assim pelo menos mais 800 metros à caverna, além dos 1000 metros encontrados por Pierre Martin).

Decorrido mais um ano, Le Bret volta à caverna para tentar vencer um desmoronamento que poderia dar continuidade a sua extensão. Dessa vez segue caminho alternativo, subindo o rio Betari desde a casa do senhor Braz, ex-contramestre da mina de Furnas, que residia onde hoje é o núcleo da caverna Santana. Um de seus genros, Milton, havia aberto um *atalho ao longo do vale do Betari na sua parte mais apertada e mais bela. A gruta se encontrava assim a menos de vinte minutos da casa do senhor Braz* (op. cit. p. 115).

A data de 1939 marca a abertura da estrada entre Apiaí e Iporanga aumentando o fluxo de mercadorias que minguavam nas relações locais nesse eixo. O rio Betari que tem áreas planas próximas à caverna da Água Suja e na região da caverna de Santana-Morro Preto, poderia ter essas áreas anteriormente ligadas pelo caminho que hoje está a trilha, porém essa ligação não permitia acesso seguro para muares, impedindo seu alargamento.

Este trecho da trilha era usado esporadicamente, como pode ser comprovado pela significativa antropização acima da caverna Água Suja, com a presença de plantas exóticas. A nova realidade da estrada força, possivelmente, o ostracismo dessa ligação.

Nesta fase a ligação da parte à montante, onde havia agricultura, inclusive com um cafezal, que deu nome à caverna que hoje é atrativo turístico, volta-se para a região de Furnas, via córrego Grande.

A porção habitada pela família do senhor Braz, à margem direita do rio Betari, vem ligar-se à mineradora pelo córrego de Furnas. A retomada do caminho entre a casa do senhor Braz e a porção superior forçosamente ficou estagnada (Figura 1). Por essa ligação é que os espeleólogos fazem as primeiras expedições para a Água Suja, depois da abertura do caminho pelo genro do senhor Braz (possivelmente em 1966). Logo em seguida o prefeito Jeremias abre estrada que liga a caverna de Santana à estrada Apiaí-Iporanga (informação verbal<sup>ii</sup>), para facilitar a visitação turística, já que em Eldorado a caverna do Diabo (Tapagem) recebe número enorme de visitantes (Le BRET, 1995, p.124-130).

Certamente o uso desse caminho remonta há mais de centena de anos. A visita do pesquisador Krone, em sua época, reportou a existência de agricultura (PETAR, 2003), mas que não era o caminho densamente usado, apenas como ligação de dois pontos produtivos, dada a peculiaridade que

dificultava o escoamento de mercadorias. Observando a topografia à jusante, certamente compreender-se-á essa hipótese, já que o rio Betari se encaixa cada vez mais sob altos paredões, no caso da ligação com a porção plana onde se assenta o bairro Serra, por exemplo. A opção levaria à Onça Parda ou ao Lageado, para se fugir dos abismos que ladeiam o vale.

A implementação do turismo leva cada vez mais pessoas para a região e o caminho para as cachoeiras torna-se mais usado e conhecido, acentuando sua importância como trilha, e abandonando por completo a utilidade de uso para a população tradicional.

#### 4. Utilidade e função, fatores determinantes na trilha do Betari.

A trilha que acompanha o rio Betari, utilizada contemporaneamente para a visita dos atrativos

do Petar, tem seu traçado alicerçado na utilização que dela se fez durante a história de ocupação da localidade. Sua existência incipiente no início se deu para acesso à área de cultivo. Quando a visitação da caverna Água Suja ainda não era determinante, havia uma fragmentação que ligava o rio à mineradora, pelo córrego Grande, fugindo-se da parte íngreme do relevo. Quando do advento da espeleologia, e posteriormente do turismo, a passagem pela parte mais encaixada do rio foi anexada ao cotidiano do uso, e ela serpenteia o rio Betari, ora à direita, ora à esquerda de suas águas, mas cumprindo um papel fundamental das trilhas: dar resposta à função de caminho e ligação a lugares de uso humano.

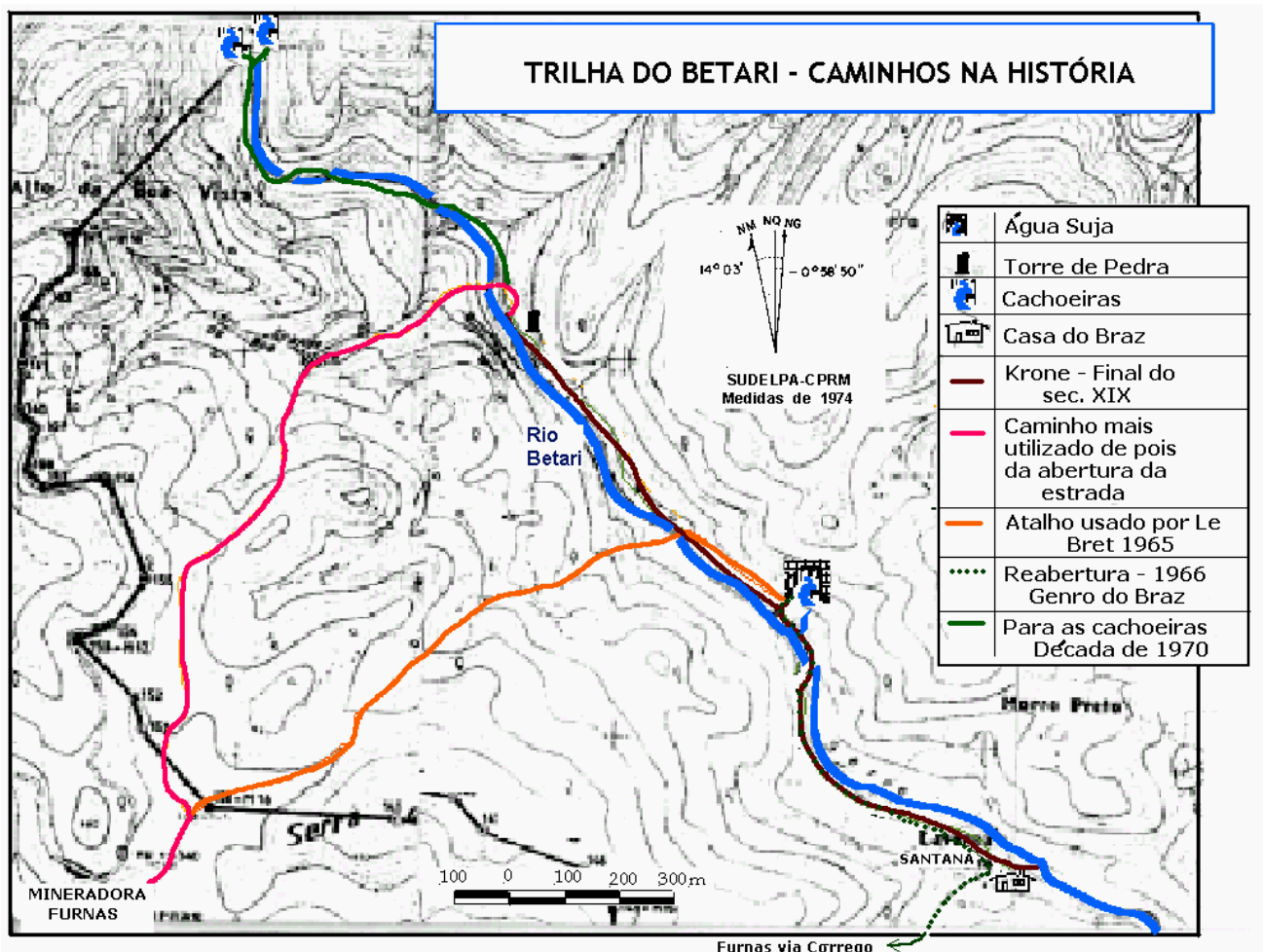


Figura 1: Caminhos históricos da Trilha do Betari





## Bibliografia

- AB´SABER, Aziz. *O Ribeira de Iguape: uma setorização endereçada ao planejamento regional*. Boletim técnico, p.1-35. São Paulo: Sudelpa, 1985.
- ALEGRINI, C.Q.S. *Gestão do Programa de uso público do PETAR: um estudo de caso de implantação de sistema de cobrança de ingresso e serviço*. Dissertação apresentada ao mestrado em Ciências Ambientais pela Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1999.
- ANDRADE, Waldir, J. Implantação e Manejo de Trilhas, in: *Manual de Ecoturismo de base comunitária: Ferramenta para um planejamento responsável*. . Secção 6, p.247-294, Brasília: WWF, 2003
- BRASIL, *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000* Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, disponível em [www.ibama.gov.com.br](http://www.ibama.gov.com.br) , acessada em 21/02/2003, Publicado no D.O. de 19.07.2000.
- CHALMERS, Alan. *A fabricação da ciência*. São Paulo: Unesp, 1994.
- CONTEL, Fábio B. *A evolução das técnicas e a urbanização das sociedades*. Cadernos de Ciências Humanas. São Paulo: Escolas Associadas, 2002.
- DRPE-IF. Unidade: Parque Estadual Turístico Do Alto Ribeira – PETAR. DIVISÃO DE RESERVAS E PARQUES ESTADUAIS, disponível em [www.ifsp.gov.br](http://www.ifsp.gov.br), acessado em 12/02/2003
- FERREIRA, Aurélio B.de H. *Novo Dicionário Aurélio*. 1ª edição 15ª impressão, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d.
- FIGUEIREDO, Luiz A.V. de. “O meio ambiente prejudicou a Gente” **Políticas públicas e Representações Sociais de Preservação e Desenvolvimento**; desvelando a pedagogia de um conflito no alto vale do Ribeira (Iporanga-SP). Dissertação de Mestrado em Educação – Concentração em Metodologia de Ensino – Campinas: Unicamp, 2000.
- HOBBSAWN, J. Eric. *A era das Revoluções 1789-1848*. 12e, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das Revoluções*, 3e, São Paulo: Perspectiva, 1994.
- LE BRET, Michel. *Maravilhoso Brasil Subterrâneo*. Trad. Campos, Tânia M. da C. E., Collet, Guy C., São Paulo: Japi, 1995.
- MILKO, Peter, et all. *Alto Vale do Ribeira: a necessidade de preservação*, in Simpósio sobre a ocupação do Vale do Ribeira, 1, 1982. São Paulo: ABGE, 1983. SÃO PAULO, SMA. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Sua aplicação no Estado de São Paulo*. São Paulo: SMA-Terra Virgem, 1998.
- SÃO PAULO – SMA. *Atlas das unidades de conservação do Estado de São Paulo*. Vários Autores, São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 2000.

<sup>i</sup> Parte de dissertação de mestrado apresentada a Universidade Estadual de Londrina-PR, no programa de Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

<sup>ii</sup> Entrevista colhida com o Prefeito em sua casa em abril de 2003.